

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº /2004

(Do Sr. Antonio Carlos Pannunzio)

Requer convidar o Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Dr. Daniel Goldberg; o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Dr. Ricardo Morishita Wada; o Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Dr. João Grandino Rodas; e o Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil, Major Brigadeiro-do-ar, Washington Carlos de Campos Machado; para esclarecerem as regras de controle das promoções realizadas pelas companhias aéreas no Brasil

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sejam convidados os Senhores Daniel Goldberg, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Ricardo Morishita Wada, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; João Grandino Rodas, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; e Washington Carlos de Campos Machado, Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil – DAC; para a apresentação de esclarecimentos concernentes às regras vigentes de oferecimento e controle de promoções realizadas pelas companhias aéreas atuantes no Brasil, bem como a sistemática de defesa dos direitos do consumidor de serviços prestados pelas referidas empresas.

JUSTIFICAÇÃO

O mercado de passagens aéreas no Brasil tem vivenciado crises sucessivas, causadas ora pela debilidade financeira de empresas aéreas, ora pelo exercício de uma agressiva concorrência no oferecimento de promoções de passagens aéreas.

Conforme sabiamente demonstrado pelo editorial do jornal “O Estado de São Paulo”, na edição de hoje, guerras de tarifas aéreas podem muitas vezes acabar custando muito caro ao Erário, em prejuízo da sociedade brasileira.

Ademais, há que registrar a recente suspensão de promoção de passagens aéreas da companhia Gol por determinação do Departamento de Aviação Civil – DAC, medida que alcançou grande repercussão nacional.

Se não bastasse este cenário confuso, a sistemática vigente de controle de tais promoções e de defesa dos direitos do consumidor brasileiro ainda não oferece clareza e segurança aos consumidores de passagens aéreas, razão que justifica a necessidade de um cabal esclarecimento dos mecanismos de controle deste mercado, bem como do método correto e eficiente de interação das diversas agências governamentais atuantes neste setor.

Sala da Comissão, em 17 de maio de 2004.

Deputado Antonio Carlos Pannunzio

(PSDB/SP)

